



18 -05- 2010

AH 0336701 2010  
+ 275776  
doc.

Exmo. Senhor Professor  
Doutor José Manuel Amado da Silva  
Ilustre Presidente do Conselho de  
Administração do ICP- ANACOM  
Autoridade Nacional de Comunicações  
Av. José Malhoa, n.º 12  
1099-017 Lisboa

2010-05-17\*20122189

Assunto: Projecto do Plano detalhado de cessação das emissões analógicas terrestres – Plano para o Switch-off (PSO)

Exmo. Senhor *Presidente*

Notificada do Projecto do Plano detalhado de cessação das emissões analógicas terrestres – Plano para o Switch-off (PSO), aprovado pelo ICP-ANACOM, vem a PT Comunicações, S.A. apresentar os seus comentários, o que faz através do documento que se junta em anexo.

Com os nossos melhores cumprimentos, *A. Baptista*

*A. Baptista*

Anexo: Um documento.

*Alfredo Baptista*

**ALFREDO BAPTISTA**  
Administrador



**CONSULTA PÚBLICA**

***PROJECTO DO PLANO DETALHADO DE CESSAÇÃO DAS EMISSÕES ANALÓGICAS***

***TERRESTRES – PLANO PARA O SWITCH-OFF (PSO)***

**PRONÚNCIA DA PT COMUNICAÇÕES, S.A.**





*PRONÚNCIA DA PT COMUNICAÇÕES À CONSULTA PÚBLICA SOBRE PROJECTO  
DO PLANO DETALHADO DE CESSAÇÃO DAS  
EMISSIONES ANALÓGICAS TERRESTRES – PLANO PARA O SWITCH-OFF (PSO)*

**INTRODUÇÃO**

O ICP – Autoridade Nacional de Comunicações (“ICP-ANACOM”, “Regulador” ou “Autoridade”) aprovou, por deliberação do Conselho de Administração de 15 de Abril de 2010, o Projecto do Plano detalhado de cessação das emissões analógicas terrestres – Plano para o Switch-Off (PSO) (doravante “Plano para o Switch-Off” ou só “PSO”), assim como a respectiva nota justificativa, o que fez em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2009, publicada em Diário da República de 17 de Março.

Atendendo a que o Projecto de PSO está sujeito ao procedimento geral de consulta definido no artigo 8.º da Lei n.º 5/2004, de 20 de Fevereiro (“Lei das Comunicações Electrónicas” ou só “LCE”), o Regulador aprovou igualmente a sua submissão a consulta pública, tendo esta sido lançada no passado dia 19 de Abril. Foi fixado um prazo de 20 dias úteis para que os interessados se possam pronunciar sobre o Projecto de Plano para o Switch-Off, terminando o prazo de apresentação de respostas a 17 de Maio de 2010.

Neste contexto, os comentários e sugestões incluídos nesta resposta traduzem a posição da PT Comunicações, enquanto entidade titular dos direitos de utilização das frequências MuX A e, por isso, directamente envolvida no Plano de Switch-off proposto, e enquanto participante activa no mercado das comunicações electrónicas, contribuindo proactivamente com alguns comentários, num espírito de participação, colaboração e de crítica construtiva.





## I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2009, de 17 de Março, a cessação das emissões televisivas analógicas terrestres deve ocorrer até 26 de Abril de 2012.

Para que o processo de cessação das emissões analógicas seja cumprido com sucesso é fundamental estabelecer um Plano de Switch-Off (PSO) exequível e bem definido, de modo a garantir que a adesão da população atinja, nas datas programadas, os níveis desejados.

Importa, no entanto, realçar o facto de o projecto apresentado pela PT Comunicações estar suportado num calendário que garante a antecipação em 12 meses da data de cobertura da população prevista no Caderno de Encargos, o que permite abordar o PSO com uma margem temporal confortável.

Neste contexto, a PT tem, constantemente, ultrapassado os critérios de cobertura estabelecidos, demonstrando assim o seu compromisso com o sucesso da TDT, compromisso esse que assumiu, aliás, publicamente em diversas ocasiões.

Não obstante a vontade e o comprometimento da PT no cumprimento dos objectivos de cobertura, se não forem levados em linha de conta outros aspectos relevantes, a margem temporal, por si só, não é uma garantia da necessária execução do PSO e, conseqüentemente, do correcto e eficaz cumprimento da data prevista na referida Resolução do Conselho de Ministros.

Este switch-off constitui um passo necessário para a libertação de espectro com valor económico e social elevado, mantendo a PT Comunicações a sua determinação em concluir a cobertura de rede até final de 2010, pelo que deverão estar reunidas as condições técnicas para promover o Switch-Off nas fases previstas.

Assim, a PT considera ser de destacar, desde já e neste âmbito, algumas preocupações que dizem respeito ao Plano de Switch-Off e à definição do Dividendo Digital.





Uma das preocupações que a PT Comunicações manifestou junto do ICP-ANACOM prende-se com a alteração de frequências, no âmbito da harmonização europeia sobre utilização do espectro radioelétrico na faixa dos 800 MHz. A PT Comunicações tem vindo a salientar, designadamente em sede de resposta à Consulta Pública sobre o Dividendo Digital, que as alterações a realizar nesta faixa deveriam ter sido promovidas o mais cedo possível, quer pelos custos que tal alteração implica e que são agravados com o desenvolvimento do roll-out da rede, quer pelo impacto significativo que tal alteração terá nas populações.

Por outro lado, o canal para onde será alterada a emissão do Mux A não é irrelevante, uma vez que o ICP-ANACOM deverá garantir um horizonte de estabilidade na utilização das frequências associadas, bem como uma escolha de um canal que não comprometa a utilização da faixa dos 800 MHz por serviços de comunicações electrónicas.

Neste contexto, estando o roll-out da rede em fase avançada, os custos decorrentes da alteração de frequências serão já elevados, quer em termos de valores, quer em termos de tempos.

Acresce que, se a alteração de frequência ocorrer após a migração para TDT, a questão inerente à necessidade de as populações terem que alterar o canal de visualização, não é despiciente, nem quanto à exequibilidade prática, nem quanto aos custos necessários à comunicação e respectiva configuração.

Uma eventual alteração de frequências poderá ter impacto no plano de switch-off, pelo que a PT considera fundamental que o ICP-ANACOM, no âmbito da presente consulta, clarifique a sua posição no que respeita ao plano de utilização de frequências do Mux A para os próximos anos. É também importante que o ICP-ANACOM defina os timings em que tal migração irá ocorrer, uma vez que consideramos indiscutível que a escolha do momento em que ocorrerá a libertação da faixa dos 800 MHz, bem com a escolha do canal para o qual mudará o Mux A são aspectos que necessariamente o ICP-ANACOM deverá ter em conta em todo este processo.

Concretizando melhor as preocupações expressas, importa salientar que, como é sabido, a PT Comunicações já iniciou as emissões regulares de TDT MUX A, antecipando o início do serviço em





cerca de quatro meses, relativamente à data prevista no respectivo título habilitante, prevendo-se efectuar o roll out da totalidade da rede incluída na respectiva proposta para o MUX A até final de 2010. Está ainda previsto chegar ao fim do corrente ano com uma cobertura de cerca de 80% da população nacional, pelo que à medida que a cobertura vai sendo estendida, o número de utilizadores finais irá, naturalmente, crescer.

Se o desenvolvimento da rede leva tempo e implica investimentos avultados (suportados pela PT Comunicações), a preparação das instalações de recepção obriga a que os utilizadores finais, ou alguém por eles, incorram em despesas que tendem a ter um peso significativo nos respectivos orçamentos familiares e, principalmente, num esforço de divulgação generalizada e consciencialização com custos sociais dificilmente quantificáveis.

Consideramos, ainda, muito relevante o efeito de retracção que a informação de uma nova e necessária alteração das instalações de recepção provocará nos utilizadores em matéria de adesão à TDT, com as consequências nefastas que tal poderá potenciar na preparação do País para o switch-off.

Do ponto de vista da rede TDT, e reiterando o que já foi referido pela PT Comunicações em momento anterior, o impacto desta mudança é muito significativo, desde logo, no próprio planeamento da rede, nomeadamente na localização e características técnicas (potência, diagrama de radiação, etc.) dos Centros de Emissão, os quais foram otimizados tendo em conta a sub-faixa que contém os canais previamente alocados para o TDT e na alteração dos filtros e/ou combinadores afinados para os canais RF respectivos, com sistemas radiantes otimizados também para esse mesmo canal de RF.

Qualquer um destes aspectos tem impactos no processo, que não podem ser menosprezados, desde logo pelos elevados custos que envolvem, mas também em resultado dos prazos de implementação associados, os quais deverão implicar que zonas geográficas percam serviço durante um período significativo, que poderá atingir muitas horas ou até dias, dependendo dos casos.





Outros aspectos que devem ser considerados, e tal como já referimos anteriormente, são as eventuais perdas de serviço decorrentes da própria tecnologia de cobertura através de rede tipo SFN (Single Frequency Network), utilizada na TDT nacional. Neste tipo de rede, podem existir pontos geográficos com cobertura do serviço assegurada pela soma das contribuições de sinal fornecido por mais do que um emissor (dois ou três, por exemplo), mas em que o sinal de cada um dos emissores individuais não é suficiente para garantir a cobertura. Neste tipo de locais, pode dar-se o caso da alteração faseada originar cortes de serviço de vários dias, os quais podem ser mitigados através de um adequado planeamento, mas não devem restar dúvidas que haverá impactos sérios ao nível da disponibilidade do serviço, sendo, naturalmente, estes cortes avaliados pelos clientes da rede TDT à luz dos SLAs acordados, o que poderá acarretar custos relacionados com indemnizações.

Também ao nível das instalações dos utilizadores do TDT, o impacto será significativo, desde logo, relativamente às instalações de recepção que, em muitos casos, poderão estar também optimizadas para os canais antigos, através da utilização de filtros, os quais terão que ser substituídos ou alterados. Ainda, em relação aos receptores, esta alteração implicará uma nova operação de sintonização após a mudança de canal radioelétrico.

Posto isto, a PT considera essencial uma clarificação relativa ao processo de libertação da faixa dos 800 MHz, o que se impõe com carácter de urgência, tendo em consideração os impactos significativos que ocorrerão, quer pela libertação mais ou menos imediata, com impacto no plano de switch-off, quer pela libertação tardia, com impacto nas populações.

Face a todo o exposto, estando em curso o processo de instalação da rede de suporte ao Mux A, a conjugação do momento de alteração da faixa em causa com o PSO e switch-off final deve merecer uma cuidada ponderação do ICP-ANACOM. A definição do planeamento do switch-off deve ter em conta a libertação da faixa dos 800 MHz, uma vez que, como é compreensível, se essa alteração ocorrer durante a execução do Plano de Switch-Off, a acrescer à questão dos custos que, em última instância, o Estado incorrerá com a mudança e à questão do impacto negativo nas populações existirão, sem dúvida, impactos ao nível da execução e cumprimento do Plano de switch-off.





## II. COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

### 1. O Plano de Switch-Off

- Fases e Calendário

Gostaríamos, desde já, de salientar que a PT Comunicações está preparada para o switch-off em termos tecnológicos, pelo que cumprirá quaisquer decisões que vierem a ser tomadas neste âmbito, desde que se mantenham as premissas tecnológicas de origem.

Assim, consideramos viáveis as datas propostas para as diferentes fases da cessação das emissões analógicas terrestres no território continental e nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

É, no entanto, necessário realçar que a divisão do switch-off pela zona litoral e interior do país levará provavelmente à perda de sinal de televisão de alguns telespectadores em zonas diferentes daquelas que são desligadas, sendo normal que existam pessoas na zona interior que estejam a receber sinal dum emissor analógico situado na zona litoral, pelo que serão afectadas em momentos diferentes daqueles que foram definidos para a sua zona.

- A sequência dos desligamentos

A PT considera mais adequado considerar apenas um, ou no máximo, dois momentos para o Switch-Off - (1) Açores e Madeira e (2) Continente, uma vez que a existência destes únicos momentos:

a) Permite maior rentabilização e simplifica a necessária comunicação durante o *simulcast* e o Switch-Off, uma vez que podem ser usados meios de comunicação “above the line” mais económicos e eficazes para toda a população de uma só vez;

b) Simplifica o processo de operacionalização da rede, nomeadamente evitando eventuais situações não previstas;





c) Facilita a percepção e a adesão dos utilizadores ao novo serviço, nomeadamente em termos de clarificação do momento efectivo de mudança, particularmente importante nas zonas limítrofes.

No entanto, caso os recursos a disponibilizar determinem a impossibilidade de desligar em simultâneo todas as estações emisoras e de retransmissão, os desligamentos poderão ser efectuados em sequência, o mais rapidamente possível, começando nos emissores principais, o que, na prática, não terá maior impacto para os utilizadores e operadores de televisão.

- Informação às populações

Entendemos que a informação às populações é um processo que deve ter um grande envolvimento de vários parceiros, muito em especial um grande envolvimento dos operadores de televisão. De facto, tal como referido anteriormente, apenas com estes será possível informar de forma abrangente as populações impactadas.

A informação às populações sobre o PSO deverá acontecer no âmbito da estratégia de promoção do Switch-Off e, principalmente, no âmbito das atribuições do Fórum TDT e de todos os seus intervenientes, encontrando-se já em preparação, no âmbito deste Fórum TDT, reuniões com os operadores para definir timings de comunicação.

A divulgação do PSO de modo integrado é um factor de clarificação de todo o processo e permite um planeamento atempado das acções a implementar por cada interveniente.

## **2. Fases Prévias**

- Comentários às fases e ao calendário

A implementação de uma fase prévia, correspondente à concretização de pilotos do processo de switch-off, constituirá certamente uma importante preparação para a cessação das emissões ana-





lógicas terrestres no território nacional, quer do ponto de vista operacional, quer na vertente de sensibilização de toda a população.

A cessação das emissões analógicas terrestres em zonas piloto proporciona a oportunidade de todos os intervenientes testarem todos os aspectos da mudança para a TDT, nomeadamente os pontos críticos de adesão das populações e correcta preparação de todos para o switch-off.

Os pilotos permitirão que os diversos intervenientes adquiram a experiência necessária e testem os níveis de sensibilização da população face à data de cessação total das emissões analógicas terrestres a nível nacional, para que desta forma possam ajustar os parâmetros necessários para o sucesso do switch-off nacional.

Assim, a pronúncia fundamentada relativamente ao calendário de switch-off prévio, datas e locais de switch-off parciais, estará sempre condicionada ao conhecimento específico dessas datas e locais.

Uma vez que os pilotos, enquanto situações exemplificativas, servem de factor indutor para a migração de toda a população para o sinal digital, estes devem ser mais próximos das restantes datas de switch-off, sob pena de caírem no esquecimento geral da população.

Assim, é entendimento da PT que, para criar a necessária dinâmica de informação, os pilotos deveriam ter início mais tarde. Sugerimos, pois, que os pilotos sejam faseados no segundo trimestre de 2011, terminando a fase prévia em Junho de 2011.

Consideramos essencial que a PT tenha conhecimento antecipado dos locais exactos e datas exactas dos pilotos para preparar convenientemente, em articulação com as restantes entidades envolvidas, os vários aspectos a testar.

De forma igualmente importante, e para que os pilotos possam ser correctamente explorados, consideramos que estes deverão ser feitos em 2 a 3 localidades apenas. Os pilotos são acções





exemplificativas, pelo que não deverão ser confundidos com um processo progressivo e sistemático de switch-off no território nacional.

- Os critérios de elegibilidade dos retransmissores (fase prévia)

A aplicação dos critérios de elegibilidade dos retransmissores possibilitará a identificação de um número limitado de retransmissores, já que conjugam um número significativo de condições a cumprir.

No entanto, importa desde já salientar que é fundamental conhecer concretamente quais os locais onde vão ser desenvolvidos os pilotos e, sobretudo, consideramos essencial que o ICP-ANACOM envolva a PT Comunicações nessa definição, com vista a garantir a exequibilidade dos mesmos.

Deste modo, consideramos fundamental que o ICP-ANACOM discuta antecipadamente com a PTC os retransmissores que serão abrangidos pelas fases piloto, permitindo os necessários ajustes na organização e operacionalização do processo.

- Sensibilização da população

Antes de mais, é nosso entendimento que a sensibilização da população deverá ter necessariamente em conta as indefinições ainda existentes, no âmbito e no que respeita à TDT – Mux A, como é o caso das emissões do 5º canal, das emissões em HD e da permanência do Mux A no canal actualmente atribuído. Quanto mais incertezas forem apreendidas pelos utilizadores maior dificuldade existirá na adesão à TDT, pelo que a clarificação anterior destes aspectos reveste-se de grande importância.

De forma mais específica, é referido no plano de switch-off que haverá comunicação nas zonas piloto, pelo que, para efeitos de articulação, necessitamos conhecer que meios estão a ser equacionados pelo ICP-ANACOM e que informação está a ponderar veicular.





Por fim, tratando-se de iniciativas com grande impacto local, consideramos fundamental existir articulação com as respectivas entidades municipais, garantindo o seu essencial apoio às iniciativas a promover.

### III. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

A TDT possibilita a recepção dos programas televisivos de acesso não condicionado livre de âmbito nacional (RPT1, RTP2, SIC e TVI) e regional (RTP Açores e RTP Madeira), tendo sido criadas expectativas relativamente à disponibilização de um 5.º canal e às emissões em HD, considerando a PT que estes dois elementos, a par da qualidade de imagem e de som, diferenciam a TDT da televisão analógica e constituem um elemento de atractividade para as populações.

Contudo, por uma série de acontecimentos, a atractividade para o público em geral da Televisão Digital Terrestre é, actualmente, reduzida.

Desde logo, a incerteza sobre o 5º canal programado para a Televisão Digital Terrestre que seria, porventura, um importante catalisador da adesão voluntária a esta tecnologia compromete em larga medida a adopção por parte da população que não vê assim motivos de interesse para migrar para a TDT.

Um incentivo para a adopção da televisão digital é, sem dúvida, a possibilidade de acesso a programas emitidos em alta definição, constituindo a experiência do acesso a uma programação em HD um móbil facilitador da implementação de um PSO.

Neste aspecto, também a falta de acordo entre os operadores de televisão sobre o modelo de exploração do canal em HD actualmente presente na TDT, e a sua conseqüente não utilização, retira ainda mais o interesse pela TDT, tornando muito difícil para um utilizador comum perceber qual a mais valia da Televisão Digital Terrestre.





Entendemos assim que a inexistência de emissões em HD e, noutro grau, a inexistência de um 5.º Canal são factores condicionantes de uma adesão mais intensa e mais célere da população à TDT, o que prejudica que o processo de switch-off se faça de uma forma menos disruptiva.

Os factores mencionados contribuem decisivamente para o grande desconhecimento sobre a Televisão Digital Terrestre e, ainda mais, para o desinteresse na sua adopção, o que provoca a falta do efeito de avalanche necessário para o acelerar do conhecimento.

Por outro lado, também o preço dos descodificadores TDT existentes no mercado acrescenta barreiras à adesão. De facto, de uma análise não exaustiva realizada pela PT, percebe-se que o PVP médio de um descodificador ronda os 120€, tornando difícil a sua adopção, uma vez que não há vantagens óbvias na migração.

Local	Marca	(L)oja/(O)nline	PVP <sup>1</sup>
PT	Saaem	L	99.00 €
Agente PT	Strong	L	99.90 €
Agente PT	Shop+	L	109.00 €
Agente PT	Teka	L	99.00 €
Agente PT	Iberosat	L	99.00 €
Agente Televés	Televés	L	98.00 €
Agente Televés	Televés	L	150.00 €
Agente Televés	Televés	L	250.00 €
Media Markt	Metronic	L	149.00 €
Fnac	Metronic	L	179.00 €
Worten	Denver	L/O	49.99 €
Worten	Metronic	L/O	99.99 €
Pixmania	Saem	O	148.00 €
Pixmania	Philips	O	123.00 €
Pixmania	Metronic	O	105.00 €
Pixmania	Philips	O	79.99 €
Pixmania	Siamatek	O	59.00 €
eXpansus	Meliconi	O	200.99 €
<b>PVP médio</b>			<b>121.20 €</b>





Encontramo-nos, assim, perante um cenário em que, caso nenhuma das anteriores circunstâncias seja alterada, apenas o Switch-Off colocará nos telespectadores a necessidade de migração, pelo que o timing escolhido para as várias fases deverá ser cuidado, por forma a obter o referido efeito avalanche de opinião.

Por outro lado, o switch-off terá um impacto significativo nos operadores de TV, uma vez que mais de 40% das habitações em Portugal apenas têm acesso às emissões gratuitas de radiodifusão.

Trata-se assim de um mercado muito significativo, pelo que o impacto do switch-off nos operadores terá impacto directo no seu modelo de negócio.

Adicionalmente, a existência ou não de um quinto canal terá um impacto directo nas receitas dos actuais operadores de televisão. Este impacto será, ainda, superior pelo facto das agências de medição de audiências não estarem ainda preparadas para a medição das emissões em TDT, o que não é um problema tecnológico, mas apenas de negócio.

A necessidade de medir audiências de forma proporcional às plataformas é, neste momento, um dos grandes desafios da indústria, pelo custo adicional que isso representa e pelas correcções de mercado que irá provocar.

Com o switch off, poderão, ainda, existir pequenas variações no *share* de cada operador, uma vez que a cobertura e as condições de recepção serão agora iguais para todos os operadores.

Importa, por isso, que o switch-off, nomeadamente no que respeita às áreas piloto, tenha também em conta os timings dos broadcasters, uma vez que:





- Dado o impacto em termos de comunicação que só os operadores de TVs têm, apenas com elas será possível uma disseminação eficaz de informação sobre a TDT e sobre o switch-off;
- Enquanto não forem resolvidas as questões laterais à TDT, o interesse dos broadcasters na migração será necessariamente reduzido (falta de mecanismos de medição; potencial de perda de mercado).

É, assim, fundamental assegurar todas as condições para adopção da TDT por parte das populações durante a fase de *simulcast*, de forma a evitar o risco de perda das audiências por parte dos operadores de televisão no momento do switch-off, com as consequentes perdas de receitas.

Importa, ainda, ressaltar que os operadores de televisão são, de entre os agentes deste processo, um dos principais elos do processo de transição que se pretende o menos disruptivo possível e, naturalmente, com minimização dos custos.

Por isso, e embora não dependendo directamente dos actuais operadores o aparecimento do 5.º Canal, os mesmos têm, no entanto, um papel muito relevante no desenvolvimento das emissões em HD e, ainda, na organização de acções informativas e formativas sobre a migração para a TDT.

Os operadores de televisão, pelos meios de que dispõem, poderão contribuir decisivamente para a adesão dos telespectadores à TDT.

Com efeito, o sucesso da TDT está intimamente relacionado, nomeadamente, com a massiva e rápida adesão dos utilizadores. O Plano de Switch-Off, contemplando diversas fases, visa contribuir para este objectivo.

O impacto nos utilizadores far-se-á notar de forma segmentada:





- Para uma parte da população (mais de 50%) que dispõe de serviços de TV por subscrição, o switch-off terá muito pouco impacto, sendo o mesmo limitado à visualização de emissões em TVs secundárias ou, pontualmente, em caso de perda temporária de sinal;
- Para uma parte da população mais informada, o switch-off decorrerá como um processo natural, em que o impacto (elevado) será sentido nos custos de migração, pois serão forçados a trocar o aparelho de TV ou a adquirir descodificadores para as suas TVs não preparadas para TDT, para além de, pontualmente, terem que proceder a ajustes na instalação. Este segmento deve ser endereçado numa fase mais inicial para poderem servir como prescritores e facilitadores do processo de migração junto das suas comunidades / famílias.
- Para uma parte da população, menos informada, e com limitações graves, ou económicas ou mesmo decorrentes da menor propensão para aquisição de conhecimento sobre tecnologias (ex. segmentos etários mais elevados), o switch-off terá um impacto enorme, uma vez que a informação chegará de forma mais confusa, pelo que o processo de migração terá que ser muito apoiado. Este é o segmento que deve ser endereçado mais tardiamente, com vista a existir uma grande quantidade de população informada, por forma a que beneficiem da necessária diminuição de custos pela evolução natural da tecnologia e porque, tendo que suportar custos para obter um serviço similar ao analógico, faz sentido socialmente apenas despenderem esse dinheiro o mais tarde possível.

Sem descurar os impactos colaterais que um switch-off mal sucedido teria necessariamente na actividade dos operadores de televisão, e para além dos impactos óbvios já identificados, decorrentes de mais de 40% das habitações portuguesas apenas visualizarem serviço de TV por via de radiodifusão televisiva e que serão forçados a mudar as TVs ou a adquirirem descodificadores, importa relevar o impacto de uma eventual alteração na frequência das emissões TDT.





Por outro lado, foi também identificada como factor crítico de sucesso externo do projecto TDT, a existência de condições que contribuam para o sucesso da estratégia de massificação da TDT. Estas condições prendem-se, não só com a disponibilidade da infra-estrutura, mas também com o acesso a equipamentos terminais de recepção do sinal digital.

É, assim, fundamental assegurar todas as condições para adopção da TDT por parte dos utilizadores, de forma a evitar disrupções no acesso às emissões televisivas.

De facto os utilizadores são parte integrante e decisiva em todo este processo, já que são os seus destinatários. Todos sabemos a importância que a televisão tem na sociedade actual e o impacto que tem na vida de todos.

Importa, por isso, tal como já se enunciou supra, assegurar que as populações sejam chamadas a aderir à TDT, sendo também muito relevante congregar, neste processo, as associações de consumidores, os fabricantes de equipamentos, os vendedores e, naturalmente, o Governo, as autarquias e as entidades reguladoras.

Não basta desenvolver e operacionalizar a rede de suporte à TDT, é necessário que o PSO seja acompanhado de um largo espectro de acções que permitam que, no dia 26 de Abril de 2012, todos tenham acesso à televisão digital.

#### **IV. CONCLUSÕES**

Para que o switch-off aconteça de forma consistente e não disruptiva é necessário, por um lado que a cobertura de rede esteja dentro dos padrões definidos e, por outro, que os utilizadores estejam motivados para essa migração.

No que diz respeito aos critérios de cobertura, principal área de responsabilidade da Portugal Telecom, não temos comentários ao SPD do ICP-ANACOM, uma vez que temos cumprido de for-





ma absoluta os compromissos assumidos, tendo inclusivamente antecipado o lançamento da TDT e implementado desde o início das emissões, uma rede que cobriu 40% da população.

No final de 2009, a cobertura atingia já mais de 80% da população e mantemos a determinação de no final de 2010 completar a cobertura do país, criando as condições para que o switch-off aconteça mais de 1 ano antes da data proposta pelo ICP-ANACOM.

Importa, contudo, deixar evidente que uma eventual alteração de frequências de emissão da TDT, através do Mux A, implicará alterações no cronograma de implementação, que, como é do conhecimento do ICP-ANACOM, é muito agressivo. Os atrasos e custos que daí advêm ocorrerão pelo elevado número de emissores já instalados que será necessário reconfigurar, algo que só acontece pelo tempo que tem demorado a definição deste aspecto crítico.

Já no que diz respeito à motivação dos telespectadores para a migração, devem ser considerados os dois aspectos necessários para essa mobilização, nomeadamente, o interesse/motivação da população e a informação necessária para a respectiva sensibilização.

Ora, se no que diz respeito à informação, a mesma apesar de existir terá necessariamente de ser divulgada de forma alargada, algo que só será realizável com o empenho dos operadores de televisão, já no que diz respeito ao interesse, não havendo alterações na situação actual, dificilmente se conseguirão níveis de adesão aceitáveis, sendo certo que quando se conseguir motivar o interesse das populações, o que acontecerá como consequência inevitável do próprio switch-off, tal não será um interesse/motivação espontâneo.

Entendemos, por tudo isto, que os pilotos de switch-off apresentam um calendário desajustado, uma vez que antes de ser colocado o foco no switch-off, deveriam estar clarificados de forma definitiva todos os aspectos enunciados na presente Pronúncia.





Sugerimos, assim, que os pilotos de switch-off sejam realizados mais tarde, nunca antes do 2º trimestre de 2010, e apenas após a clarificação total dos aspectos ainda indefinidos, nomeadamente qual o canal em que estará a funcionar o Mux A, quando entrará em funcionamento o 5º canal, qual a utilização que será dada ao canal HD.

Em qualquer caso, uma avaliação concreta do calendário e locais para pilotos de switch-off não pode deixar de estar dependente da concretização dos mesmos locais, algo que entendemos dever ser feito pelo ICP-ANACOM, em conjunto com a Portugal Telecom, por forma a garantir a respectiva exequibilidade.

Já quanto às datas de switch off, a PTC considera mais adequado considerar apenas um, ou no máximo, dois momentos para o Switch-Off (1) Açores e Madeira e (2) Continente, uma vez que a existência destes únicos momentos trará vantagens em eficácia de comunicação, sinergias de custos e igualdade de tratamentos

A PT não pode deixar de concluir o presente documento sem ressaltar que não pode ser planeado e executado um plano de switch-off rodeado em incertezas como as que foram identificadas – desconhecimento do planeamento da alteração da frequência associada à TDT-MuxA, preço das set-up boxes, a indefinição associada ao 5º canal e à disponibilização de emissões com conteúdo em HD.

É, pois, fundamental que a decisão final do ICP-ANACOM, relativamente ao plano de switch-off, esclareça, na sua esfera de competência, as questões suscitadas nesta pronúncia, do modo a contribuir para o sucesso e boa execução de todo o processo.

Por último, não podemos deixar de salientar que é inegável que o sucesso de todo o processo de switch-off depende da participação de todas as entidades intervenientes, ou seja, do ICP-ANACOM, PT Comunicações, Operadores de Televisão, fornecedores e revendedores de equipamento, Poder Local, entre outras, e está, naturalmente, dependente da adesão massiva e rápida de todos os utilizadores à mudança para a TDT.